



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

**MEMORANDO nº 11.088/2026**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte (mudança), compreendendo o fornecimento de materiais de embalagem, acondicionamento, carga, transporte e descarga, destinados à transferência de bens, mobiliários, documentos e equipamentos para a nova sede da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMFAS e da Diretoria de Habitação, visando ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social/SEMFAS – PMA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 5º do Decreto Municipal nº 7.177/2023.

1.3. Natureza do objeto: comum, outros serviços de terceiros e de acordo com os critérios do Decreto Municipal nº 7.177/2023.

1.4. Critério de julgamento: Menor Preço.

**2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO DA AQUISIÇÃO.**

2.1. A presente justificativa tem por finalidade fundamentar, sob os aspectos técnico, administrativo, institucional e legal, a necessidade da mudança da sede da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMFAS e da Diretoria de Habitação, bem como a consequente contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de transporte (mudança), com fornecimento de materiais, mão de obra e logística adequada, em razão da situação de urgência na prestação do serviço, visando assegurar a continuidade das atividades administrativas e dos serviços socioassistenciais prestados à população do Município de Aracaju.

2.2. A mudança da sede administrativa da SEMFAS configura-se como medida estratégica de reorganização institucional, voltada à centralização, integração e qualificação da gestão pública municipal, com reflexos diretos na eficiência administrativa e na melhoria da prestação dos serviços socioassistenciais. Atualmente, a SEMFAS e a Diretoria de Habitação encontram-se instaladas em endereços distintos, circunstância que tem gerado entraves significativos à gestão, tais como dificuldades de comunicação interna, fragmentação das equipes, morosidade na tramitação de processos administrativos, duplicidade de esforços, fragilização da articulação intersetorial e prejuízos à implementação de políticas públicas integradas.

Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos – Rua Frei Luís Canolo de Noronha, 42, Conj. Costa e Silva –  
CEP.49097270 – Aracaju – Sergipe – Brasil



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

2.3. A unificação das referidas unidades administrativas em um único espaço físico, permitirá maior articulação entre as políticas públicas de assistência social e habitação, as quais são intrinsecamente complementares, promovendo atendimento mais integrado, eficiente e resolutivo às famílias em situação de vulnerabilidade social. Entre os principais benefícios da centralização destacam-se:

- maior celeridade nos processos decisórios, em razão da proximidade física entre gestores e equipes técnicas;
- fortalecimento da integração institucional e do trabalho em rede;
- padronização de fluxos, rotinas e procedimentos administrativos;
- otimização dos recursos públicos, com redução de custos indiretos decorrentes da dispersão física;
- aprimoramento do controle, monitoramento e eficiência da gestão interna; e
- elevação da qualidade, da agilidade e da efetividade do atendimento ao público usuário dos serviços socioassistenciais.

2.4. Para viabilizar a transferência das unidades administrativas, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em serviços de transporte (mudança), abrangendo o fornecimento de materiais de embalagem, acondicionamento técnico, desmontagem, carga, transporte, descarga e montagem de mobiliários, destinados à remoção de bens públicos pertencentes à SEMFAS, atualmente localizada no Centro Administrativo, na Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42 – Bairro Ponto Novo, bem como da Diretoria de Habitação, situada na Avenida Augusto Maynard, nº 189 – Bairro São José, para as novas instalações definitivas.

2.5. A contratação justifica-se pela complexidade logística da operação, que envolve a movimentação estimada de aproximadamente 190 m<sup>3</sup> de bens públicos, incluindo mobiliários, equipamentos de informática, eletroeletrônicos e acervo documental sensível, os quais demandam tratamento técnico especializado, mão de obra qualificada, equipamentos adequados e veículos apropriados. A execução do serviço por meios próprios da Administração revela-se inviável, diante da ausência de estrutura, pessoal técnico e logística compatíveis, além dos riscos ao patrimônio público, à integridade documental e à continuidade das atividades institucionais.

2.6. Os serviços a serem contratados compreendem, de forma integrada e indissociável, o acondicionamento técnico de documentos, equipamentos e mobiliários; o fornecimento de materiais adequados de embalagem; a desmontagem e montagem de mobiliários; o transporte seguro por caminhões tipo baú, com e sem plataforma hidráulica; a correta organização e



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

alocação dos bens no local de destino; a disponibilização de equipe especializada, uniformizada e identificada; o apoio aos usuários antes, durante e após a mudança (help-desk).

2.7. Ressalta-se que a presente contratação reveste-se de caráter de urgência, diante da necessidade imediata de desocupação das instalações atualmente ocupadas pela SEMFAS e da imprescindível instalação da Secretaria e da Diretoria de Habitação na nova sede administrativa já definida pela Administração. A permanência nos imóveis atuais não se mostra mais viável, em razão de limitações estruturais e de condicionantes administrativas, impondo a adoção de providências imediatas a fim de evitar prejuízos à continuidade dos serviços públicos essenciais.

2.8. Ademais, o contrato de locação do imóvel atualmente ocupado pela Diretoria de Habitação encontra-se em vias de encerramento, com término previsto para o dia 05 de março de 2026, o que torna indispensável e inadiável a realização da mudança até a referida data, sob pena de descontinuidade administrativa, riscos ao patrimônio público e comprometimento da regular prestação dos serviços.

2.9. A postergação da contratação acarretará risco concreto, imediato e relevante à continuidade das atividades administrativas da SEMFAS e da Diretoria de Habitação, à guarda, integridade e segurança do patrimônio público, bem como à regular execução das políticas públicas de assistência social e habitação, podendo resultar em descontinuidade de serviços essenciais, prejuízos institucionais e danos ao interesse público. Tal circunstância configura situação de urgência real, atual e plenamente comprovada, que exige a adoção de providências administrativas imediatas. Nesse contexto, resta caracterizada a hipótese de dispensa de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, sendo adotada, de forma excepcional, motivada e proporcional, a dispensa não eletrônica, como medida indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos, prevenir danos à Administração e mitigar riscos operacionais e patrimoniais.

2.10. Diante do exposto, resta inequívoca a necessidade imediata, a urgência qualificada e o preponderante interesse público na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de transporte (mudança) da sede da SEMFAS e da Diretoria de Habitação, de modo a garantir a preservação do patrimônio público, a reorganização institucional, a eficiência da gestão administrativa e a manutenção da prestação contínua, adequada e eficaz dos serviços socioassistenciais à população do Município de Aracaju.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### 3. MODELO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 – Para participar do item de 01, o fornecedor deverá **cotar o item na totalidade**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO O CATÁLOGO	QUANT. MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA MUDANÇA CARACTERÍSTICAS:SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA MUDANÇA	611005	01 SERV.	R\$ 55.670,00	<b>R\$ 55.670,00</b>

**VALOR TOTAL: R\$ 55.670,00 (CINQUENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E SETENTA REAIS)**

3.2. Somente poderão participar deste processo de contratação as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e cooperativas, por força do disposto no artigo 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 3.2 fica limitada às microempresas, às empresas de pequeno porte, aos microempreendedores individuais e às cooperativas que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

#### 4.1. Análise das possíveis soluções

4.1.1. Para atendimento da necessidade de transferência da sede da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMFAS e da Diretoria de Habitação, foram analisadas as seguintes possíveis soluções, considerando critérios de viabilidade técnica, prazo de execução, risco operacional, custo global, segurança do patrimônio público e continuidade dos serviços essenciais:

##### a) Execução da mudança por meios próprios da Administração

Consistiria na utilização de servidores, veículos e recursos materiais próprios para a execução da mudança.

Avaliação: Solução inviável, em razão da inexistência de frota adequada, equipamentos específicos (caminhões tipo baú, plataformas hidráulicas, materiais técnicos de embalagem), equipe especializada e estrutura logística compatível. Ademais, tal alternativa implicaria riscos elevados ao patrimônio público, ao acervo documental e à continuidade das atividades institucionais, além de não atender ao prazo exíguo imposto pela urgência da desocupação dos imóveis.

Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos – Rua Frei Luís Canolo de Noronha, 42, Conj. Costa e Silva –  
CEP.49097270 – Aracaju – Sergipe – Brasil





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**b) Contratação fracionada de serviços (transporte, mão de obra e fornecimento de materiais)**

Consistiria na contratação isolada de transporte, mão de obra e materiais de embalagem.

Avaliação: Solução tecnicamente desaconselhável, por ocasionar fragmentação da responsabilidade, aumento do risco de falhas operacionais, dificuldade de coordenação logística, elevação de custos indiretos e maior probabilidade de atrasos, incompatível com a urgência e com a necessidade de responsabilização integral pelo resultado final.

**c) Prorrogação da permanência nos imóveis atualmente ocupados**

Consistiria na manutenção temporária da SEMFAS e da Diretoria de Habitação nos imóveis atuais.

Avaliação: Solução inviável, diante das limitações estruturais existentes e, especialmente, do término do contrato de locação do imóvel ocupado pela Diretoria de Habitação, previsto para 05/03/2026, inexistindo margem administrativa para prorrogação sem prejuízos à Administração.

**d) Contratação integrada de empresa especializada em serviços de mudança**

Consistiria na contratação de empresa especializada para a execução integral dos serviços de mudança, abrangendo planejamento, fornecimento de materiais, mão de obra, desmontagem, embalagem, transporte, descarga, montagem, organização e apoio pós-mudança.

Avaliação: Solução tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e operacionalmente segura, por concentrar a responsabilidade em um único fornecedor, reduzir riscos, assegurar especialização técnica, garantir cumprimento de prazos e preservar o patrimônio público, atendendo plenamente à urgência identificada.

**4.2. Solução adotada**

4.2.1. Diante da análise das alternativas, a solução adotada consiste na contratação integrada de empresa especializada na prestação de serviços de transporte e logística para mudança de sede administrativa, responsável pela execução de todas as etapas do processo, desde a fase preparatória até o apoio pós-mudança, garantindo segurança, eficiência logística, rastreabilidade dos bens e cumprimento do cronograma estabelecido pela Administração.

**4.3. Descrição da solução escolhida**

4.3.1. A solução adotada compreende a execução integrada e indissociável dos seguintes serviços:

**a) Papéis e documentos**

Acondicionamento integral do conteúdo dos armários e arquivos em caixas de papelão resistentes, devidamente lacradas com fita adesiva apropriada e identificadas por meio de etiquetas padronizadas, observando-se o usuário responsável, o setor de origem e a ordem de arquivamento, de modo a preservar a organização e a integridade documental.

**b) Computadores, eletroeletrônicos e impressoras**

Embalagem individualizada com material de proteção adequado, tais como plástico bolha e caixas

Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos – Rua Frei Luís Canolo de Noronha, 42, Conj. Costa e Silva –  
CEP.49097270 – Aracaju – Sergipe – Brasil



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

específicas, devidamente identificadas com etiquetas contendo o nome do usuário ou do setor responsável, garantindo a segurança e a rastreabilidade dos equipamentos.

**c) Mobiliário (desmontagem, embalagem e montagem)**

Desmontagem, proteção, transporte e posterior montagem de estações de trabalho, mesas em “L”, mesas de reunião e demais mobiliários, utilizando mantas acolchoadas, plástico bolha e/ou papelão ondulado, conforme a natureza e a sensibilidade de cada item, com identificação compatível com o layout do local de destino.

**d) Mão de obra especializada**

Disponibilização de equipe técnica qualificada, uniformizada e identificada, responsável por todas as etapas do serviço, incluindo, no mínimo:

- apoio aos usuários na embalagem e identificação dos bens;
- planejamento das fases e elaboração do cronograma da mudança;
- acompanhamento integral da execução, com manutenção da mesma equipe do início ao término dos serviços;
- suporte aos usuários no primeiro dia útil subsequente à mudança, em regime de apoio operacional (help-desk).

**e) Pré-mudança e identificação**

Fornecimento, montagem e fechamento de caixas, com disponibilização de pessoal em tempo integral durante a fase preparatória. Todos os volumes e equipamentos deverão conter etiquetas adesivas padronizadas, com identificação de andar, setor, nome do usuário e codificação numérica, de forma a evitar duplicidades e assegurar a correta alocação no destino final.

**f) Transporte**

Execução do transporte por meio de caminhões tipo baú, com ou sem plataforma hidráulica, devidamente equipados com mantas, cobertores e cintas de amarração em poliéster com resistência compatível. Após o carregamento, os veículos deverão ser lacrados, garantindo a segurança dos bens transportados.

**4.4. Requisitos da contratação**

4.4.1. Os serviços serão prestados conforme demanda da Contratante, mediante solicitação formal do setor requisitante, observadas as especificações técnicas e os quantitativos definidos neste Termo de Referência.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

4.4.2. A execução dos serviços deverá ocorrer em estrita conformidade com as especificações técnicas descritas neste item, com aquelas constantes do Item 03 e com o cronograma estabelecido pela Administração.

4.4.3. Constatadas falhas, vícios ou irregularidades na prestação dos serviços, a Contratada, uma vez formalmente notificada, deverá proceder à correção imediata no prazo máximo de 01 (um) dia útil, sem ônus adicional para a Administração.

4.4.4. Todos os custos decorrentes da execução dos serviços, inclusive correções, retrabalhos, transporte adicional ou eventuais danos ao patrimônio público, serão de inteira responsabilidade da Contratada.

## **5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

5.1. Será selecionado o fornecedor que apresente proposta com menor preço para cada item ou grupo, e que cumpra as exigências relativas aos serviços constantes neste Termo de Referência, bem como os critérios de habilitação elencados.

5.2. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e de regularidade trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta: CNPJ – Situação cadastral, Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS, Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual, Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Federal, Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Contrato Social, Registro Geral e/ou CNH, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCE, Declaração Única.

**5.3. Os critérios de qualificação econômico-financeiros a serem atendidos pelo fornecedor são:**

5.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor até 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão;

5.3.2. Caso o fornecedor seja classificado como cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764/1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.3.3. No caso de Microempreendedor Individual – MEI deverá ser apresentada Declaração Anual do Faturamento emitido pelo Portal do Empreendedor, no que couber.

**5.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são:**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

5.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado, com firma reconhecida, que comprove desempenho de atividade compatível com o serviço em questão.

5.4.2. O fornecedor disponibilizará, sempre que solicitado pelo agente público, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, encaminhando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto.

5.4.3. Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

5.4.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que está domiciliado na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do artigo 4º, inciso I do artigo 21, e §§ 2º a 6º do artigo 42 da Lei nº 5.764/1971;

5.4.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

5.4.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

5.4.3.4. O registro previsto no art. 107 da Lei n. 5.764/1971; e

5.4.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

## **6. DA CONTRATAÇÃO:**

6.1. A contratação decorrente desta contratação será formalizada por meio de Termo Contratual, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, com prazo de vigência de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço.

1.2. A empresa vencedora será convocada pelo setor competente para assinatura do Termo Contratual, devendo comparecer ou encaminhar a documentação necessária no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, facultada à Administração a convocação do fornecedor remanescente, observada a ordem de classificação e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. Efetuar o pagamento à Contratada nas condições e preços pactuados;
- 7.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa realizar o serviço;
- 7.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 7.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) serviço(s) prestado(s) provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;
- 7.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.7. Notificar por escrito o preposto da Contratada da não aceitação do serviço se for o caso, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e eventual rescisão contratual;
- 7.8. Aplicar as sanções administrativas contratuais, quando necessário;

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Efetuar a prestação dos serviços, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes neste Termo de Referência;
- 8.2. Corrigir, remover ou substituir, obrigatoriamente e às suas expensas, qualquer prestação de serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades, no mesmo prazo definido para entrega ou em prazo específico, caso tenha sido definido em cláusula própria deste Termo de Referência ou pelo fiscal do contrato;
- 8.3. Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados com crachá subscrito pela Contratada;
- 8.4. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos – Rua Frei Luís Canolo de Noronha, 42, Conj. Costa e Silva –  
CEP.49097270 – Aracaju – Sergipe – Brasil





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- 8.5. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 8.6. Designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à Contratante durante a execução contratual;
- 8.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto desta contratação;
- 8.8. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento do serviço;
- 8.9. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência;
- 8.10. Indenizar terceiros, bem como a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 8.11. Responsabilizar-se por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela Contratante, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato;
- 8.12. Autorizar a Contratante a descontar o valor correspondente a danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, se houver, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa;
- 8.13. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência;

## **9. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

### **9.1. Entrega e critérios de prestação do serviço**

9.1.1. A execução dos serviços de mudança da sede compreenderá, de forma integral, contínua e coordenada, o fornecimento de materiais, o acondicionamento técnico, a desmontagem, a carga, o transporte, a descarga, a montagem e a organização final de mobiliários, equipamentos, documentos e demais bens, observando-se as boas práticas de logística, segurança patrimonial e



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

preservação do acervo público, em estrita conformidade com o cronograma definido pela área técnica da Contratante e formalizado por meio de Ordem de Serviço.

9.1.2. Os serviços serão executados por meio das seguintes etapas operacionais:

a) Etapa de pré-mudança

I – planejamento detalhado da operação, com definição de rotas, fases, equipes e cronograma;  
II – fornecimento, distribuição, montagem e identificação de caixas e materiais de embalagem;  
III – orientação e apoio aos usuários para acondicionamento e identificação dos bens;  
IV – identificação padronizada de todos os volumes, equipamentos e mobiliários, conforme layout do local de destino.

b) Etapa de execução da mudança

I – desmontagem técnica de mobiliários e estações de trabalho;  
II – acondicionamento, carga, transporte e descarga dos bens, com utilização de veículos e equipamentos adequados;  
III – adoção de medidas de proteção, amarração e lacração dos veículos, garantindo a integridade e a segurança do patrimônio transportado;  
IV – acompanhamento integral da operação por equipe técnica da Contratada, responsável pela coordenação e solução imediata de intercorrências.

c) Etapa de pós-mudança

I – montagem, posicionamento e organização dos mobiliários, equipamentos e documentos no local de destino, conforme layout definido pela Contratante;  
II – conferência dos bens transportados e verificação da integridade dos itens;  
III – apoio operacional aos usuários no primeiro dia útil subsequente à mudança (help-desk);  
IV – correção imediata de eventuais falhas, ajustes ou pendências identificadas pela fiscalização do contrato.

9.1.3. A Contratada deverá disponibilizar, durante todo o período de execução, equipe técnica qualificada, treinada e em quantitativo suficiente, responsabilizando-se pelo planejamento, coordenação, supervisão e execução dos serviços, bem como pela pronta atuação para ajustes, correções, estabilizações adicionais, verificação de fixações e atendimento imediato a intercorrências operacionais.

9.1.4. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma a minimizar impactos à rotina administrativa da Contratante, podendo, quando necessário e previamente autorizado, ser realizada em horários diferenciados. O prazo estabelecido para a execução será improrrogável, cabendo à Contratada adotar todas as providências necessárias para o cumprimento integral do cronograma pactuado.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

9.1.5. A execução dos serviços no(s) local(is) indicado(s) pela Contratante será de inteira responsabilidade da Contratada, que deverá dispor de pessoal habilitado, equipamentos adequados, veículos compatíveis e logística suficiente para assegurar a eficiência, a segurança, a integridade dos bens transportados e a continuidade das atividades administrativas, respondendo por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes da execução do objeto.

## **9.2. Da subcontratação**

9.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, total ou parcial, cabendo à Contratada a execução direta de todas as etapas do serviço, em conformidade com a legislação vigente e com as disposições contratuais.

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.3. A Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, por meio de gestor e fiscal integrantes do (**ASSESSORIA/DADM**) a serem oportunamente designados, nos termos do artigo 20 do Decreto Municipal nº 7.177/2023 e dos artigos 69 a 86 da Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023.

10.3.1. O fiscal designado acompanhará e anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.3.2. O fiscal designado informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.3.3. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, na forma dos artigos 74 e 75 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e dos artigos 316 e 317 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso.

10.3.4. A fiscalização de que trata este serviço não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos – Rua Frei Luís Canolo de Noronha, 42, Conj. Costa e Silva –  
CEP.49097270 – Aracaju – Sergipe – Brasil



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

10.4. Os serviços serão executados provisoriamente no prazo de até 04 (quatro) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.4.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5. Os serviços serão executados definitivamente no prazo de até 30 (tinta) dias, contados do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 10.5 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.5.2. O aceite ou aprovação do(s) produto(s) pela Administração Pública, na forma do § 2º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, não exclui a responsabilidade civil do(s) contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no artigo 18 da Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

## **11. PAGAMENTO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### **11.1. Do pagamento**

11.1.1. Deverá ser realizada a liquidação da despesa no prazo de até 15 (quinze) dias, com o posterior pagamento por meio de conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo de até 30 (tinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, responsável pela prestação do serviço.

11.1.1.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.1.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida em conformidade com as unidades de medida indicadas no item 3 deste Termo de Referência.

Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos – Rua Frei Luís Canolo de Noronha, 42, Conj. Costa e Silva –  
CEP.49097270 – Aracaju – Sergipe – Brasil



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

11.1.3. O aceite da execução do serviço será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.

11.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

11.1.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.1.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.1.6. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o (a) contratado (a) deverá na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.1.7. Não haverá pagamento antecipado.

11.1.8. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

11.1.8.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## **12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1. O valor estimado da contratação é **R\$ 55.670,00 (cinquenta e cinco mil, seiscientos e setenta reais)**, conforme item 3 para envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

12.2. O valor estimado contempla todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo a prestação dos serviços de mudança, tais como fornecimento de materiais, acondicionamento técnico, desmontagem, carga, transporte, descarga e montagem do mobiliário, bem como todos os equipamentos, insumos, mão de obra e demais serviços indispensáveis ao pleno atendimento das especificações estabelecidas neste Termo de Referência.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas com o pagamento do referido serviço correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de Aracaju, através da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, atendido pela dotação orçamentária abaixo especificada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	SUB ELEMENTO
19101	04.122.0213	2095	339039	1500000	58

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada a seguir:

14.1.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções segundo a natureza e a gravidade da falta, garantidos o contraditório e a prévia defesa, de acordo com as disposições previstas em legislação vigente.

14.1.1.1 Advertência.

14.1.1.2 Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela administração, o adjudicatário não assinar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido o processo de licitação.

b) 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou Contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do Contratado.

c) 10% (dez por cento) do valor remanescente do Contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida anteriormente.

Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos – Rua Frei Luís Canolo de Noronha, 42, Conj. Costa e Silva –  
CEP.49097270 – Aracaju – Sergipe – Brasil



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

14.1.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação, bem como o impedimento de contratar com o Município de Aracaju, por prazo de até 3 (três) anos.

14.1.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

14.1.1.5 O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, que deve ser graduada obedecendo aos seguintes limites máximos:

A) 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

B) 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por dia subsequente ao trigésimo.

14.1.1.6 Nas hipóteses das alíneas “a” e “b”, do ITEM – 14.1.1.2, o atraso deve ser contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior à sua efetivação.

14.1.1.7 A multa a que se refere o ITEM – 14.1.1.2 não impede que a Administração Pública Municipal rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Decreto.

14.1.1.8 A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Aracaju/ SE, 09 de Fevereiro de 2026

**Nome completo do agente público responsável pela elaboração do documento**

**KISSIANE MARQUES DA SILVA**

Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos – Rua Frei Luís Canolo de Noronha, 42, Conj. Costa e Silva –  
CEP.49097270 – Aracaju – Sergipe – Brasil



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Agente de Contratação/SEMFAS – PMA**

**Nome completo do membro da equipe de planejamento**

**MARCOS AURELIO ANDRADE GONÇALVES**  
Assessoria/DADM/SEMFAS – PMA

**Aprovo o presente Termo de Referência**

**SIMONE CHRYSTINE SANTANA VALADARES**  
Secretária Municipal da Família e da Assistência Social



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B315-B516-BF38-8288

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KISSIANE MARQUES DA SILVA (CPF 986.XXX.XXX-53) em 09/02/2026 10:14:46 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SIMONE CHRYSTINE SANTANA VALADARES (CPF 275.XXX.XXX-00) em 09/02/2026 11:44:03  
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCOS AURELIO ANDRADE GONCALVES (CPF 503.XXX.XXX-68) em 09/02/2026 11:47:51  
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/B315-B516-BF38-8288>



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO PARA SERVIÇO  
(MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO) Nº xxx/20xx**

**CONTRATO Nº xxx/20xx  
(MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO) Nº xxx/20xx**

<b>CONTRATANTE:</b>	<b>O MUNICÍPIO DE ARACAJU, ATRAVÉS DO(A) (ORGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE), ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO (IN)DIRETA.</b>
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

<b>CONTRATADA:</b>	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

O presente contrato está de acordo com a Lei nº 14.133/2021, e sua legislação suplementar, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx para atender às necessidades da (órgão ou entidade), conforme especificações constantes no Aviso de Contratação Direta ou Edital nº xxx/20xx e seus anexos, bem como na proposta de preços da contratada, os quais constituem parte integrante deste documento, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Este contrato possui vigência pelo período de xxx (xxxx) dias/meses/anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o período máximo de xxx (xxxxx)





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

dias/meses/anos, na forma do artigo xxx da Lei nº 14.133/2021, consoante discriminado no item 07 do Termo de Referência ou no item xx do Projeto Básico.

Parágrafo único - A prorrogação do prazo de vigência é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

O modelo de execução do objeto, os critérios de recebimento e aceitação do objeto, bem como as regras relativas à possibilidade ou não de subcontratação estão discriminadas no item 10 do Termo de Referência ou no item xx do Projeto Básico.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

O valor total do presente contrato é de até R\$ xxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento de preços unitários e total discriminados na proposta de preços da contratada de acordo com a tabela constante no item 03 do Termo de Referência ou do item xx do Projeto Básico.

Parágrafo único. Os prazos e condições para liquidação e pagamento, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, bem como as condições e o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro estão discriminadas no item 12 do Termo de Referência ou item xx do Projeto Básico.

**CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do(a) (órgão ou entidade contratante), conforme discriminado no item 14 do Termo de Referência ou no item xx do Projeto Básico.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**CLÁUSULA SEXTA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES.**

As obrigações da contratante e da contratada, inclusive aquelas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, estão discriminadas nos itens 08 e 09, respectivamente, do Termo de Referência ou nos itens xx e xx do Projeto Básico.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

As regras relativas à garantia de execução do contrato estão discriminadas no item 4.4 do Termo de Referência ou no item xx do Projeto Básico, correspondente ao Anexo xx do Aviso de Contratação Direta ou Edital nº xx/20xx.

**CLÁUSULA OITAVA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

As regras relativas ao modelo de gestão contrato estão discriminadas no item 11 do Termo de Referência ou no item xx do Projeto Básico.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E MULTAS.**

As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no item xx do Aviso de Contratação Direta ou Edital, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada no item 15 do Termo de Referência ou no item xx do Projeto Básico.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES**

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados nos artigos 124 a 136 da Lei 14.133/2021, devidamente comprovados.

§ 1º – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO.**

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 137, 138, 139, da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Parágrafo único – Na ocorrência da rescisão prevista no **caput** desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO**

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 139 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.**

O presente Contrato fundamenta-se:

I – nos termos da (Modalidade de Contratação) nº xxxx/20xx que, simultaneamente:

- a) constam do Processo Administrativo nº xxxx/20xx;
- b) não contrarie o interesse público;

II – nas demais determinações da Lei nº 14.133/2021, e suas correspondentes alterações;

III – nos preceitos do Direito Público;

IV – supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo único – Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.**

A Contratante providenciará, na forma do art. 94, da Lei nº 14.133/2021, até o **xxx** dia útil contados da data de sua assinatura, a publicação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Município de Aracaju – Aracaju Compras.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

**Nome completo da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante**  
(cargo no órgão/entidade)

**Nome completo do representante legal da contratada**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**ANEXO XII – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

ORDEM DE SERVIÇO Nº xx/xxxx-(sigla do órgão/entidade)	
(MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO) nº xx/xxxx – (objeto da contratação)	
<b>CONTRATANTE:</b>	<b>O MUNICÍPIO DE ARACAJU, ATRAVÉS DO(A) (ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE), ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO (IN)DIRETA.</b>
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
<b>CONTRATADA:</b>	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

NOTA DE EMPENHO
XXXXXXXXXXXXXX

OBJETO
Descrever o(s) item(ns) e/ou grupo(s)/lote(s) a que se refere a ordem de serviço, de acordo com a tabela descritiva constante no Termo de Referência ou Projeto Básico da Dispensa de Licitação, indicando a quantidade, valor unitário e valor total.

Autorizamos vossa senhoria a iniciar o serviço relativo ao(s) item(ns) e/ou grupo(s)/lote(s) acima descrito(s), conforme especificações e demais condições constantes no Termo de Referência ou Projeto Básico ou Anteprojeto ou Projeto Executivo da (Modalidade de Contratação) nº xxx/xxxx.

As cláusulas essenciais desta contratação a que se refere o artigo 92 da Lei nº 14.133/2021 estão dispostas no Termo de Referência ou Projeto Básico ou Anteprojeto ou Projeto Executivo da (Modalidade de Contratação) nº xxx/xxxx, o qual é parte integrante deste





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ARACAJU**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

documento independentemente de transcrição.

As partes contratantes sujeitam-se às disposições da Lei nº 14.133/2021.

**Nome completo da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante**  
(cargo no órgão/entidade)